



DESCOLONIZAR OS SISTEMAS AGROALIMENTARES BRASILEIROS: UMA VISÃO A PARTIR DA AGROECOLOGIA RURAL E URBANA

Ana Carolina Figueiredo Silva

RESUMO

Esse artigo é forjado com o objetivo de problematizar dois diferentes tipos de sistema agroalimentar: o hegemônico e o alternativo agroecológico, esse último tanto no espaço rural quanto urbano, além do funcionamento de cada um deles e quem os controla socialmente. Também, mostrar como a colonialidade interfere na dinâmica de funcionamento do primeiro e como promover a descolonização a partir do segundo. Serão pautados os processos desde a produção, logística, comercialização e consumo de produtos alimentícios, produzindo diferentes consequências para os sujeitos dessa cadeia produtiva tanto nos hegemônicos quanto nos alternativos agroecológicos. Por um lado, produzindo desigualdades econômicas, sociais e culturais e, por outro, promovendo a emancipação de agricultores/as, produzindo relações de solidariedade, afeto e confiança entre produtores/as e consumidores/as.

Palavras-chave: sistemas agroalimentares; descolonização; agronegócio; agroecologia.

DECOLONIZING BRAZILIAN AGRI-FOOD SYSTEMS: A VIEW FROM RURAL AND URBAN AGROECOLOGY

ABSTRACT

This article is forged with the objective of problematizing two different types of agrifood systems: the hegemonic and the alternative agroecological, the latter both in rural and urban spaces, as well as how each one works and who socially controls them. Also, to show how coloniality interferes in the functioning dynamics of the former and how to promote decolonization from the latter. The processes from production, logistics, commercialization, and consumption of food products will be addressed, producing different consequences for the subjects of this production chain, both in the hegemonic and in the alternative agroecological ones. On the one hand, producing economic, social and cultural inequalities and, on the other, promoting the emancipation of farmers, producing relationships of solidarity, affection and trust between producers and consumers.

Keywords: agrifood systems; decolonization; agribusiness; agroecology.

DESCOLONIZANDO LOS SISTEMAS AGROALIMENTARIOS BRASILEÑOS: UNA MIRADA DESDE LA AGROECOLOGÍA RURAL Y URBANA

RESUMEN

Este artículo se forja con el objetivo de problematizar dos tipos diferentes de sistemas agroalimentarios: el hegemónico y el alternativo agroecológico, este último tanto en el espacio rural como en el urbano, así como el funcionamiento de cada uno y quién los controla socialmente. También, mostrar cómo la colonialidad interfiere en la dinámica de funcionamiento de la primera y cómo promover la descolonización desde la segunda. Se discutirán los procesos desde la producción, la logística, la comercialización y el consumo de los productos alimenticios, produciendo diferentes consecuencias para los sujetos de esta cadena productiva tanto en la hegemónica como en la alternativa agroecológica. Por un lado, produciendo desigualdades económicas, sociales y culturales y, por otro, promoviendo la emancipación de los agricultores, produciendo relaciones de solidaridad, afecto y confianza entre productores y consumidores.

Palabras clave: sistemas agroalimentarios; descolonización; agroindustria; agroecología.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a partir da colonização portuguesa no Brasil, iniciou-se a implementação da agricultura colonial, segundo um modelo com base nas monoculturas em grandes extensões de terras, voltadas para a exportação, obtendo-se lucro para a metrópole. Nesse sentido, foi criada toda uma estrutura social de dominação nas terras colonizadas, onde o poder era delegado aos donatários pela coroa portuguesa, que fragmentou o então território, ao lado direito do Tratado de Tordesilhas, em quinze faixas de terra chamadas capitánias hereditárias. Estas, devido à sua grande extensão territorial, eram divididas, a fim de serem melhores controladas e tuteladas, mais uma vez restringindo essa dominação a nobres, militares ou navegadores. Assim, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (QUIJANO, 2005).

Além disso, era empregada a mão de obra escravizada e racializada proveniente do continente africano, por meio de uma atividade altamente lucrativa para a coroa portuguesa que era o tráfico negreiro. Quijano (2005) argumenta que a raça foi um fator preponderante na construção da colonialidade do poder na América Latina, pois os povos conquistados e dominados eram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Dessa forma, para além dessa divisão racial do trabalho imposta pela colonização, aos/as negros/as africanos/as foi promovida uma aculturação com a imposição da língua portuguesa, a conversão forçada à religião católica, tendo a prática

de suas religiões, muitas vezes, realizada de forma velada com a utilização de santos católicos para sincretizar suas divindades.

Decorrências desse modelo de exploração podem ser sentidas nos dias atuais pós-colonização, mesmo em uma nova conformação territorial do Brasil, tomando como recorte a estrutura fundiária rural, a classe dominante do campo mantém sob seu domínio os grandes latifúndios. A partir da década de 1960, com a chamada Revolução Verde, ocorreu um incremento da produção intensiva no campo. Foram adotados novos maquinários como tratores especializados no plantio e colheita, além de inseticidas e pesticidas, os chamados agrotóxicos, que prometeram a realização da “proteção” dos cultivos às pragas e desde os anos 90 os organismos geneticamente modificados, os transgênicos. O modelo da monocultura de grandes extensões também nos latifúndios, como dito anteriormente, se manteve e a expansão agrícola para terras antes consideradas inférteis foi possível devido à utilização de fertilizantes químicos.

Os grandes agricultores, representados aqui pelos ruralistas, majoritariamente brancos, detêm a maioria das terras do país. Isso pode ser comprovado por um estudo realizado pela Oxfam Brasil (2019), onde 1% das propriedades correspondem a 45% da área rural, com um modelo agro exportador de commodities. Enquanto que 80% da produção dos gêneros agrícolas para a alimentação dos brasileiros é produzida pela agricultura familiar, por pequenos/as agricultores/as, os quais ocupam áreas inferiores a 10 hectares e possuem 47% do total de propriedades do país, responsáveis por menos de 2,3% da área rural total.

Conforme Madeira et al. (2013), dado o processo histórico de distribuição desigual da terra, os agricultores de maior renda, acabaram se beneficiando, pois controlavam o capital e possuíam as maiores extensões de terras. Com isso, puderam investir no então modelo de rápido resultado – dando continuidade ao processo da monocultura: grandes extensões de terra e cultivo de um único gênero agrícola. Ainda, se agravaram e disseminaram os problemas ambientais, como a poluição das águas, a degradação do solo e a destruição da biodiversidade (ALTIERI, 2004).

Diante disso, percebe-se uma continuidade de um modelo colonial de organização das terras no país, promovido pela ideologia dominante capitalista que traz um ordenamento do território rural, mesmo após a independência do Brasil. Fato esse que pode ser explicado pela colonialidade do poder, proposta por Quijano (2005),

mantida no imaginário dos grandes latifundiários por meio de um sistema agroalimentar hegemônico que perdura até os dias de hoje.

Ademais, os ruralistas para além dos sistemas agroalimentares no país, possuem um papel muito estratégico na política, ocupando uma bancada que privilegia o agronegócio sobre os sistemas agroalimentares alternativos. Desse modo, propõem leis como as de liberação de agrotóxicos, que em muitos outros países, são quicá considerados, por terem um efeito muito nocivo à saúde tanto de agricultores/as, que os manipulam, quanto para os/as consumidores/as. Nesse sentido, o agronegócio se estrutura e se organiza segundo um sistema agroalimentar global, o qual não cumpre o que foi prometido no início da Revolução Verde, ou seja, a erradicação da fome, mas traz um contexto indutor de insegurança alimentar e que consoante a discordância dos movimentos sociais reforça, confronta-se com os preceitos da Segurança e Soberania Alimentar (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Paralelamente, há a produção dos/as agricultores/as familiares que pode ser realizada a partir de dois modelos de desenvolvimento: o modelo produtivista, herdado dos anos de modernização, onde há também utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, podendo atuar, algumas vezes, para a produção de *commodities* estimulada pela crescente demanda internacional. No entanto, esse modelo tende a produzir uma crescente vulnerabilidade econômica e social, com isso coexistem experiências inovadoras as quais podem apontar para a constituição de dinâmicas de desenvolvimento mais endógenas e territorializadas (NIEDERLE, 2009). Estas se consolidam a partir da disseminação de uma série de “mercados alternativos” como especialidades de nicho, orgânicos, agroecológicos, artesanais, solidários e institucionais.

Este artigo será alicerçado no viés da agroecologia, o qual será enfatizado a produção agroecológica por meio dos/as agricultores/as agroecológicos/as. Por isso, é necessário salientar que existem diferentes entendimentos sobre a agroecologia e que este trabalho adota como referencial o conceito proposto pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Essa associação compreende que a agroecologia é ciência, pois produz campos teóricos, práticos e metodológicos em suas ações, além de guardar, concomitantemente, o movimento político e a prática social, na qual diferentes áreas do conhecimento se constituem transdisciplinarmente e sistemicamente, ao orientar e desenvolver agroecossistemas sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2017).

A partir de 1970, o estudo da agroecologia como alternativa a esse modelo hegemônico, principalmente com o pesquisador Gliessman nos Estados Unidos, trouxe uma nova perspectiva contra a agricultura convencional. No Brasil, estiveram entre as principais referências da pesquisa agroecológica: a professora Ana Maria Primavesi, com o estudo do solo vivo, Adilson Paschoal, como manejo de pragas, José Lutzemberger, com o texto do “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”; e as pesquisas em fixação biológica de nitrogênio liderada por Johanna Döbereiner.

Em relação à agroecologia em um viés mais político e social, atualmente, se destacam Emma Siliprandi que debate as relações do feminismo e da agroecologia; Vivian Motta que também realiza um diálogo entre os feminismos e a agroecologia, mas trazendo a importância das interseccionalidades como contrastes sociais, sobretudo a raça, mas também as sexualidades, a geração. Outros pesquisadores que merecem destaque são Sérgio Schneider, com a análise da Sociologia Rural tendo a agroecologia como uma das principais formas de se combater a insegurança alimentar; Paulo Petersen, que traz a agroecologia como forma imprescindível de promover o desenvolvimento rural.

No campo da agricultura urbana com um viés agroecológico, a principal pesquisadora é Daniela Adil Almeida que debate na geografia a agricultura urbana como promotora de mudanças sociais nas comunidades periféricas tanto em relação ao uso e ocupação do solo urbano no planejamento urbano e metropolitano, quanto na promoção da segurança e soberania alimentar. Também André Biazoti com o estudo da articulação política periférica de agricultores urbanos que atuam em hortas comunitárias.

Os/as agricultores/as agroecológicos/as são bastante diversos, sendo representados pela figura dos trabalhadores/as rurais agroecológicos/as, camponeses/as, agricultores/as urbanos/as agroecológicos/as, quilombolas, indígenas, raizeiras/os. No espaço rural, produzem, normalmente, em pequenas propriedades com a finalidade de autoconsumo e quando obtêm um excedente, trocam com outros/as produtores/as ou comercializam, principalmente, nas feiras agroecológicas. Já no espaço urbano, a produção é realizada nos quintais produtivos ou em hortas comunitárias, realizando a comercialização, especialmente, direto da horta ou venda porta a porta.

Esse modelo de sistema agroalimentar vai contra o modelo colonial hegemônico, pois traz uma forma de re-existir no território a partir da construção de uma produção que

valoriza os saberes camponeses, aqueles provenientes, muitas vezes, da cultura dos povos tradicionais que a partir de tecnologias sociais são adaptados às diferentes realidades dos territórios. Nessa direção, Pérez e Gonçalves (2019) apud Porto-Gonçalves (2006) trazem que *r-existir é existir, realizar uma reconstrução continuamente e re-significar a própria existência social e cultural, a partir de um lugar essencial no território, com a identificação de práticas cotidianas dessa resistência nas comunidades, repletas de sentido para a reprodução da vida.*

Portanto, coexistem dois sistemas agroalimentares, estes têm na produção apenas um dos elementos, pois constituídos pela soma total de ações de disponibilização de insumos, de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, transformação e distribuição de alimentos (MALASSIS, 1973), somando-se a isso o consumo. Dessarte, o objetivo deste artigo é de problematizar dois diferentes tipos de sistema agroalimentar: o hegemônico e o alternativo agroecológico, esse último tanto no espaço rural quanto urbano, além do funcionamento de cada um deles e quem os controla socialmente. Também, mostrar como a colonialidade interfere na dinâmica de funcionamento do primeiro e como promover a descolonização a partir do segundo. Isso será apresentado nos dois próximos tópicos do artigo.

Sistemas agroalimentares hegemônicos

O sistema agroalimentar hegemônico é aquele proveniente da cadeia produtiva do agronegócio, ou seja, das grandes propriedades latifundiárias, com produção altamente mecanizada e industrializada, controladas pelos ruralistas, com uma estrutura gigantesca de logística a fim de que a maioria da produção seja exportada. Além disso, o processamento dos produtos é realizado pelas agroindústrias que, muitas vezes, são controladas por multinacionais tanto brasileiras como internacionais. A comercialização dos produtos é realizada, principalmente, em supermercados tanto pequenos quanto em grandes redes espalhadas por todo o país, marcando uma impessoalidade e poucas, ou nenhuma, trocas entre produtores e consumidores/as.

Como dito anteriormente, a produção no sistema agroalimentar hegemônico é realizada, sobretudo com a utilização de agrotóxicos,¹ fertilizantes químicos ou com a utilização de sementes transgênicas. Estas são organismos que reúnem vários elementos

¹A título de curiosidade, o Governo Bolsonaro já liberou 1229 agrotóxicos até o último dia 27/06/2021, segundo fontes do perfil do tweeter Robotox, que compila informações do Diário Oficial da União. Além disso, no Brasil são comercializados 3295 produtos agrotóxicos.

presentes na modernidade euro-ocidental, a começar do refinado conhecimento da biotecnologia, até os interesses políticos e econômicos dos grandes conglomerados capitalistas (BENVEGNÚ E GARCÍA, 2020). Os transgênicos são resistentes às condições geoclimáticas, independente das especificidades de clima, relevo e usos sociais, com isso valorizam e legitimam o uso das tecnologias e dos insumos, ocasionando a eliminação de diversidades biológicas, agrícolas e culturais. Nesse ponto de vista, possibilitam a manutenção da colonialidade do poder/saber em que colonizam desde as lavouras e as variedades, até aos agricultores e os desdobramentos de seu cotidiano (BENVEGNÚ E GARCÍA, 2020).

Perez-Cassarino (2013) faz uma reflexão importante, na qual mostra que a forma como o mercado de alimentos ordena-se na atualidade acaba por excluir atores importantes da produção e distribuição de alimentos, devido, basicamente, ao intenso processo de concentração corporativa e aos padrões hegemonicamente definidos como necessários à inserção no mercado agroalimentar. Com isso, há ainda uma padronização dos alimentos consumidos, reduzindo e muito a variedade e a oportunidade de se comer alimentos que antes eram cultivados pelas comunidades tradicionais e por gerações anteriores às nossas como, por exemplo, as muitas variedades de mandioca e milho lavradas pelos indígenas da América Latina. Portanto, têm-se um prejuízo bastante grande para a soberania alimentar dos povos, pois não há mais a possibilidade de escolha do que pode ser produzido e/ou consumido.

O conceito de Soberania Alimentar a ser adotado neste artigo é aquele cunhado pela Via Campesina (2009) que preconiza o direito dos povos a definir suas próprias estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos os quais afirmam o direito à alimentação a toda a população, por meio da pequena e da média produção, respeitando culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, comercialização e gestão. Nessa lógica, ao entender as flutuações dos preços dos produtos alimentícios, nota-se a regulação desses valores pelo mercado global, trazendo valores exorbitantes em determinadas épocas. Isso é exemplificado pela situação atual de pandemia do Coronavírus, quando o valor dos alimentos no mercado externo está muito mais vantajoso para os produtores do que internamente. Dessa forma, eles preferem exportar do que abastecer o mercado interno, promovendo uma alta dos preços. Este e outros fatores conjunturais como o aumento da inflação e das taxas de desemprego, promovem uma redução da compra às classes mais desfavorecidas, que

têm na cesta básica um dos maiores valores gastos mensais, consequentemente um aumento dos números de pessoas no mapa da fome no Brasil.

No ano de 2020, o país colheu safras recordes mas também a insegurança alimentar aumentou, com valores que chegaram a 19 milhões de pessoas passando fome e 116 milhões delas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período, segundo uma pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) divulgada pelo Brasil de Fato (2021). Antes disso, o governo Bolsonaro promoveu um desmonte das políticas de redução da fome, por meio da exclusão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019, que fazia um trabalho primoroso de assegurar o direito à alimentação adequada a toda a população residente no território nacional, como prevê o artigo 6º da constituição brasileira. A motivação para essa exclusão, vem muito do fato do Consea argumentar a redução do consumo de produtos com agrotóxicos, transgênicos, processados e ultraprocessados, os quais podem trazer graves males para a saúde como intoxicação, sobrepeso, obesidade, hipertensão e até câncer.

Ademais, a industrialização dos produtos e a fabricação dos ultraprocessados pela indústria alimentícia, contribuem também para uma redução significativa da segurança alimentar e nutricional, padronização daqueles comercializados nos supermercados com alta quantidade de conservantes e outros aditivos alimentares. Dessa forma, o sistema agroalimentar hegemônico pode trazer tanto insegurança alimentar e nutricional em relação à fome das classes menos favorecidas quanto com o aumento do consumo de alimentos com agrotóxicos, transgênicos, processados e ultraprocessados, produzindo doenças crônicas graves aos/às consumidores/as.

Globalmente, com o uso de inovações tecnológicas, toda uma estrutura complexa de logística foi adotada, pois o processamento e as técnicas de armazenamento dos alimentos favorecem bastante o transporte dos alimentos a longas distâncias, fazendo com que a distribuição seja em grande escala e, nesse processo, a alimentação tornou-se um mercado de consumo em massa (FISCHLER, 1995; LANG e HEASMAN, 2004 *apud* TRICHES e SCHNEIDER, 2015). Com isso, os produtos são também comercializados com o apoio das mais modernas técnicas do marketing, packaging e publicidade e distribuídos por redes comerciais que não findam em aprimorar seu poder e complexidade, colocando em ação uma logística extremamente

elaborada, e ressaltando, dessa forma, a supremacia da comercialização de alimentos e das indústrias de alimentos (TRICHES e SCHNEIDER, 2015).

Então, reconhece-se outro ponto importante nos sistemas agroalimentares hegemônicos que é a comercialização, esta se capilariza em todo o território de diversas formas, desde feiras livres, mercados e mercearias de bairro, supermercados, hipermercados quanto grandes redes desses dois últimos. Quanto maior o estabelecimento comercial, menor a aproximação entre consumidores/as e comerciantes o que promove, assim, uma impessoalidade das relações comerciais das grandes redes alimentares. Portanto, segundo Pinto *et al* (2011), não existe uma relação de pertencimento nos supermercados, visto que são espaços seguidores de tendências globais de padronização e *standing*, ou os chamados não-lugares, propostos por Augé (2005), espaços descaracterizados localmente e impessoais. Ademais, a necessária mediação da produção e do consumo é feita pelo capital, isto é, por empresas em que os lucros dependem da distância e da durabilidade (TRICHES e SCHNEIDER, 2015).

Outra forma de se comercializar produtos nos sistemas agroalimentares hegemônicos são as feiras livres, cuja função na distribuição de hortifrutigranjeiros se aparenta bastante aos supermercados, todavia, não dispõe de grandes recursos propagandísticos, se utiliza dos espaços públicos e em muitos casos o comerciante é, também, o produtor dos produtos comercializados. Por outro lado, a venda pode ser indireta, realizada por atravessadores, estes compram os produtos da agricultura familiar produtivista ou das Centrais Estaduais de Abastecimento, os CEASA, e obtêm lucro sobre os pequenos valores que foram cobrados desses produtores. Por isso, continuam a manter a distância entre produtores e consumidores/as e, na maioria das vezes, mercantilizam produtos produzidos com o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e/ou sementes transgênicas.

Sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos

Existem grandes diferenças entre os Sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos para os hegemônicos explicados no tópico anterior, a principal delas é a forma como são produzidos os alimentos. A partir de toda uma tecnologia de produção que valoriza os saberes tradicionais indígenas, quilombolas e os conhecimentos dos/as agricultores/as, além de um conjunto de técnicas são aperfeiçoadas tanto pelas pesquisas universitárias quanto técnicas baseadas nos princípios da agroecologia. Segundo Warmling e Moretti-Pires (2016), sua origem está num movimento popular contra o

agronegócio que abarca, também, os temas conexos à forma de organização social, à autonomia e à relação do agricultor com a terra.

Segundo Delvaux (2018), os princípios da agroecologia são elencados em vertentes. Nesse sentido, há a vertente ambiental que debate, por exemplo, os princípios de preservação e aumento da biodiversidade através do plantio de diversas espécies em conjunto mas também preservando as espécies nativas. A vertente cultural e política que busca legitimar os princípios de respeito às tradições dos/as agricultores/as e comunidades tradicionais, promove o contato agricultor/a – agricultor/a e a formação das redes e partilhas de conhecimentos. Também o respeito às diversidades tanto de gênero, raça, sexualidade, religião e geração, valorizando jovens e mulheres, além de promover a igualdade de gênero.

Outra vertente apresentada é a econômica, onde os princípios da agroecologia promovem as redes de comercialização, distribuição e consumo a pequenos agricultores. Alavanca mercados locais e regionais, progredindo a economia popular e solidária, comercializando a preços justos tanto para produtores quanto consumidores, propiciando a diversificação dos rendimentos da agricultura, multiplica as fontes de produção e com os sistemas diversificados, reduz os fracassos de culturas (Ibidem).

Por último, a vertente política da agroecologia que tem como princípios priorizar os/as pequenos/as agricultores/as, em detrimento aos/as grandes agricultores/as já beneficiados pelos sistemas agroalimentares hegemônicos. Também, transfere o controle de elementos estratégicos como sementes, biodiversidade, terras, águas, conhecimentos e bens comuns para as mãos de agricultores/as e comunidades tradicionais, promovendo uma gestão de recursos mais integrada. A agroecologia pode mudar as relações de poder ao incentivar a participação de produtores/as e consumidores/as na tomada de decisão nos sistemas alimentares alternativos. Além de incentivar a auto-organização e a gestão coletiva de grupos e redes tanto de agricultores/as quanto de pesquisadores/as.

É destacada a importância da agroecologia como uma possibilidade para se reverterem os efeitos econômicos, sociais e ambientais do agronegócio. Diante disso, Perez-Cassarino e Ferreira (2013), trazem a reflexão de que a agroecologia fornece uma leitura a partir de um sistema agroalimentar na totalidade, com formas ambientalmente sustentáveis de produção e mecanismos diferenciados de comercialização e consumo.

A produção nos agroecossistemas, primordiais para o cultivo na agroecologia, está relacionada a uma complexa teia de relações que envolve todos os agentes das práticas agrícolas e dos ecossistemas originais, incluindo fauna e a flora, além do solo e da água, bem como os microrganismos (BARROS, 2017). De acordo com Esmeraldo *et al* (2017), na trajetória histórica das mulheres camponesas, os “quintais” se apresentam como espaços de trabalho cotidiano para garantir o autoconsumo familiar e da comunidade. Denominado de “entorno da casa”, “quintais” domésticos, “quintais produtivos” ou mais comumente nos territórios apenas como “quintais”, configuram um campo de relações que caracteriza as estratégias, referências e elementos do modo de vida camponês.

A partir do cultivo nos quintais produtivos há a construção do bem viver, da liberdade, do cuidado com a família e com a natureza, desde a escolha das plantas cultivadas (agrícolas, frutíferas ou medicinais) até seus usos, seja como ornamental, medicinal, uso espiritual, ou para consumo, doação e troca. Os quintais produtivos agroecológicos se transformam num local de vida, de manutenção e proteção da agrobiodiversidade com soberania e segurança alimentar (JALIL, SILVA, OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, a produção nos quintais produtivos na agroecologia urbana é um dos principais espaços, com destaque, também, para as hortas comunitárias, lotes vagos particulares ou cedidos pelo poder público e até mesmo aquelas construídas em instituições tanto privadas quanto públicas. Nesses espaços são cultivadas culturas agrícolas diversificadas que vão desde plantas medicinais, hortifrutigranjeiros a plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Os/as sujeitos/as produtores/as vão desde pessoas que já têm uma tradição de cultivo familiar proveniente de uma vida anterior no campo, àqueles com vivência exclusiva em um ambiente urbano.

A agroecologia urbana é com frequência realizada por coletivos, em bairros periféricos de baixa renda e ocupações urbanas, com o propósito de alimentar a população, promover o incremento de sua renda com a venda dos produtos e politicamente, garantir a permanência nos espaços ocupados, por promover a função social da terra por meio da agricultura. É fundamental realçar que nas cidades também é possível encontrar populações tradicionais como aquelas de quilombos urbanos mas também população indígena, as quais produzem agroecologicamente, r-existindo ao

modelo colonial e da modernidade que, muitas vezes, enxerga essas pessoas somente no ambiente agrário.

Portanto, há também a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional que tem incorporado em sua base a soberania alimentar e a garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável, indispensáveis para a ordenação de sistemas justos e sustentáveis (ALMEIDA et al, 2020). Ao mesmo tempo que propicia a descolonização da agricultura e da agroecologia como proveniente de lugares exclusivamente rurais, mas que também pode ser realizada para a cidade, na cidade e da cidade (ALMEIDA e BIAZOTI, 2018).

Ademais, a agroecologia, tanto rural quanto urbana, promovem uma salvaguarda das sementes crioulas, por meio da criação de bancos de sementes e de trocas destas entre agricultores/as, sendo as mulheres as principais responsáveis por essa função, preservando a biodiversidade e promovendo o intercâmbio de culturas agrícolas entre agricultores/as. Existem, também, os bancos de sementes comunitários, muito utilizados em associações e cooperativas de produtores/as agroecológicos/as, os quais promovem menores custos de manutenção, uma maior centralidade do banco de sementes e a possibilidade de se armazenar uma maior quantidade delas.

Além de que, quebra-se a dependência de produtores/as com as grandes corporações responsáveis pela comercialização de sementes geneticamente modificadas, fomentando, assim, uma maior autonomia dos/as agricultores/as para escolherem o que produzir, a partir da valorização de sua cultura. Então, tomando por base o modelo colonial de produção, a agroecologia pode ser uma alternativa contra a universalização de uma cultura, promovendo sua diversificação, trazendo a multiplicidade de culturas agrícolas e respeitando uma pluralidade de povos.

É inegável que a estrutura logística de um sistema agroalimentar agroecológico não é semelhante daquela presente no sistema agroalimentar hegemônico, mesmo porque nestes são criadas dinâmicas baseadas na contratação de empresas de transporte e atravessadores, enquanto que para os sistemas agroalimentares agroecológicos toda a logística é realizada sob a tutela dos próprios produtores, ou do agrupamento deles. Estes últimos representados por um conjunto de associações e cooperativas de produtores/as, promovendo uma articulação em rede e subsidiando tanto a produção quanto o armazenamento e o transporte. Logo, os produtos e gêneros alimentícios podem chegar a maiores distâncias.

Neste trabalho, concorda-se com a perspectiva de Perez-Cassarino e Ferreira (2013) os quais trazem o conceito de circuitos de proximidade, pois a ideia da proximidade imprescindível ao redesenho dos sistemas agroalimentares, não se limita à dimensão espacial ou geográfica. Refere-se a conceber espaços e relações de mercado que privilegiam a proximidade espacial, mas que vinculados a essa proximidade proporcionem a informação interpessoal, gerem e fortaleçam sociabilidades, bem como as relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores envolvidos. Os Circuitos de Proximidade geram processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança (Ibidem). É a partir dessas relações de solidariedade que consumidores/as e produtores/as têm contatos que vão além da comercialização de produtos, para se tornar, muitas vezes, relações de afeto, amizade e trocas de conhecimentos.

Perez-Cassarino e Ferreira (2013) ainda articulam que diferentes dimensões presentes na concepção dos Circuitos de Proximidade as quais podem se dar com maior ou menor intensidade, de acordo com a realidade social, cultural, econômica e ambiental de cada região. Logo, é possível pensar em Circuitos de Proximidade nos quais a distância espacial não corresponda à dimensão do “local”, mas que se encontram estruturados a partir de um forte enraizamento social e cultural em torno dos atores envolvidos nos processos de produção, beneficiamento e consumo de alimentos. Assim, fortalecer iniciativas estruturantes de processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na formação de sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos, em escala local, tendo em vista articulações regionais, nacionais e internacionais, a partir de fundamentos da construção de circuitos de proximidade de comercialização e de valorização dos mercados locais (PEREZ-CASSARINO e FERREIRA, 2013).

As formas de venda de produtos pelo sistema agroalimentar alternativo agroecológico são variadas, por exemplo, a venda diretamente das propriedades; os grupos de compras, organizados por agricultores e suas formas associativas e cooperativas; os mercados e empórios agroecológicos, como os Armazéns do Campo administrados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); ainda as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), as quais recebem pagamento

antecipado de consumidores/as para que agricultores/as possam produzir, enviando os produtos aos/às consumidores/as periodicamente.

Além dessas, a principal forma de comercialização e rede de solidariedade, nesse sistema são as feiras agroecológicas, espalhadas por grande parte dos territórios nacionais, dando maior visibilidade e valorizando produtores/as locais. Com isso, as feiras agroecológicas podem se apresentar como uma alternativa para a construção social de mercados e para o fortalecimento da agroecologia. Ademais, as feiras nas cidades e nas metrópoles possuem grande importância econômica e sociocultural, pois tornam-se um espaço de encontro para além das transações comerciais, permitindo a interação entre as pessoas, a troca de saberes e a preservação da diversidade na cultura popular e alimentar local.

Durante a pandemia de Covid-19, destaca-se uma forma de comercialização bastante utilizada, que são as vendas online de cestas agroecológicas por coletivos de agricultores/as, onde consumidores/as recebem os produtos diretamente em suas casas ou em postos de coleta, garantindo o escoamento da produção e a segurança de produtores/as. Assim, para além dos mercados referentes aos circuitos de proximidades, aos/às agricultores/as familiares agroecológicos há outras formas de escoamento de sua produção, com prioridade sobre os/as demais agricultores/as familiares que não são de base agroecológica, especialmente aquelas referentes às políticas públicas.

No Brasil, as principais políticas públicas referentes aos agricultores/as familiares são Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), crédito que possibilita a manutenção econômica e social desses sujeitos, bem como traz a sua participação no sistema de Previdência Social Rural, universalizando direitos sociais previstos na Constituição de 1988 (DELGADO, 2012); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa do governo federal para auxiliar no combate à fome. Através dele, podem comercializar alimentos diretamente ao governo cujo destino são entidades da rede socioassistencial como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, cestas de alimentos e até pelas próprias organizações de agricultura familiar, que formam estoques para vendas em momentos oportunos. Por último, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a agricultura familiar abastece gêneros alimentícios nas escolas da Rede Pública de Ensino.

Sobre os sistemas agroalimentares agroecológicos urbanos, estes têm uma menor complexidade de circulação de produtos em relação aos/as agricultores/as rurais, contudo este artigo também acredita que podem ser atribuídos aos Circuitos de Proximidade. Isso é afirmado, pois também há relações de solidariedade, confiança e reciprocidade entre agricultores/as e consumidores/as. A produção é comercializada tanto em feiras, quanto em grupos de compras quanto venda direta nas hortas e quintais produtivos, também, é muito comum encontrar agricultores/as que produzem em seus quintais, vendendo produtos nas ruas de cidades menores.

Destaca-se aqui o escoamento de produtos da agroecologia urbana na cidade de Belo Horizonte, que por meio de um edital da prefeitura municipal implantou a primeira Feira da Agricultura Urbana, fomentada por uma instituição pública municipal no país, no segundo semestre do ano de 2021. Por conseguinte, a perspectiva agroecológica traz a imprescindibilidade de políticas públicas que confirmam e encorajam o papel das instituições locais, tal como ambientes institucionais democráticos que regulem os sistemas agroalimentares e o desenvolvimento territorial, envolvendo agricultoras/es e outros atores locais em redes alimentares (PETERSEN, ARBENZ, 2018).

Considerações finais

A colonialidade do poder e do saber, tão bem expressa por Quijano (2015), se mantém até os dias de hoje, tendo nos sistemas agroalimentares hegemônicos uma forma de reprodução a partir do emprego das monoculturas, dos latifúndios agroexportadores, e da presença de ruralistas na política do país, sendo estratégicos para a manutenção deste sistema, além de assegurar o poder a esses sujeitos/as. Isso leva a uma reflexão fundamentada no conceito de sistema-mundo moderno-colonial proposto por Porto-Gonçalves (2006), que promove um mundo cada vez mais interdependente (sistema-mundo) e ao mesmo tempo as interdependências organizadas com base num sistema de relações hierárquicas de poder (moderno-colonial).

Além disso, a manutenção desse sistema agroalimentar traz uma colonialidade alimentar que compromete tanto a segurança alimentar e nutricional quanto a soberania alimentar, ao promover a produção de alimentos padronizados, o aumento de produtos processados e ultraprocessados, além da não oportunidade de toda a população consumir alimentos saudáveis e de qualidade. Isso devido, principalmente, às flutuações no mercado capitalista, as quais promovem a alta nos preços. Ainda, a forma de comercialização principal dos sistemas agroalimentares hegemônicos promovem a

impessoalidade das relações entre produtores/as e consumidores/as, tornando os supermercados ambientes frios e sem vida. Concomitantemente, obedecem a uma conformação universal de um espaço setorizado, com prateleiras onde consumidores/as vão só com o objetivo de pura e simplesmente comprar, mas não de criar relações.

É na contramão desse desenho, promotor da desigualdade tanto econômica quanto social e alimentar, que surgem os sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos. Por meio destes, agricultores/as podem produzir alimentos através da articulação entre os saberes tradicionais e as novas técnicas nas universidades e institutos de pesquisa com um viés agroecológico, com a valorização de técnicas milenares já realizadas por quilombolas e indígenas. Baseado nisso, nota-se os diversificados sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos que através de uma pluralidade de culturas e sujeitos não obedece ao modelo universal, de origem branca e europeia, por meio do reconhecimento dos saberes dos povos negros e indígenas.

Considera-se indispensável dizer que os sistemas agroalimentares alternativos agroecológicos podem ter produção tanto no espaço rural quanto urbano. Estes são impactados por políticas públicas de fomento ao cultivo e comercialização de gêneros alimentícios, trazendo oportunidades de escoamento de sua produção e promovendo segurança alimentar e nutricional às populações alcançadas. Ademais, a agenda de debates sobre sistemas alimentares em cidades-regiões possibilitam a ampliação do interesse de setores relacionados ao planejamento urbano e ao desenvolvimento urbano para as questões sobre a agroecologia e alimentação já que, frequentemente, a atividade agropecuária e a produção de alimentos são questões mais consideradas no âmbito do desenvolvimento rural e da economia nacional (OLIVEIRA et al, 2018).

Por fim, a presença dos próprios agricultores/as na comercialização de seus produtos promovem o encontro entre produtor/a e consumidor/a, o que favorece relações de solidariedade e reciprocidade, desenvolvendo amizades, valorização e reconhecimento mútuo, fidelidade e confiança. O que oportuniza além de espaços de comercialização, também um lugar de relações humanas, trocas sobre produtos e o compartilhamento de experiências de vida.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Aspectos conceituais sobre Agroecologia**. X Congresso Brasileiro de Agroecologia. Brasília, 2017.

ALMEIDA, D. A. O.; ARAUJO, M. L.; ORNELAS, G. M. Agroecologia e sistemas alimentares em cidades-regiões: reflexões acerca de redes internacionais e redes na região metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos de Agroecologia**: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, v. 15, n. 2, p. 1-6, 27 out. 2020.

ALMEIDA, D. A. O.; BIAZOTI, A. R. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. **Cadernos de Agroecologia**: X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

ALTIERE, M. **Agroecologia: A dinâmica da agricultura sustentável**. Porto Alegre (RS): Editora UFRGS, 2004.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005. 112 p. Tradução de Maria Lúcia Pereira.

BARROS, E. A. A.. Mulheres e agroecologia: Estudos de Experiências e Estratégias de Apropriação e Divulgação na Internet. In: Mundos de mulheres, 13/Fazendo gênero, 11, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônico**, Florianópolis: UFSC, 2017, Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503878735_ARQUIVO_FazendoGenero_TrabalhoCompleto_ElianeAparecidaAlmeidaBarros.pdf. Acesso em 08 jun. 2020.

BENVEGNÚ, V. C.; GARCÍA, D. M. Colonialidade alimentar? Alguns apontamentos para reflexão. **Mundo Amazónico**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 39-56, 1 jan. 2020. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n1.76440>.

BRASIL. Decreto-Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 set. 2006.

BRASIL DE FATO. **Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia**. 2021. Nara Lacerda. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DELVAUX, F. (Bélgica). CIDSE. **Os princípios da Agroecologia**: rumo aos sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis. Bruxelas: CIDSE, 2018. 12 p. Disponível em: https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/PT_Os_Principios_da_Agroecologia_CIDSE_2018.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

ESMERALDO, G. G. S.V.; CAMURÇA, A. M.; VIANA, L. A.; ABRANTES, K. K. de J. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. **Miolo agroec**, V3, 312, 13:51:49, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. 2019. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 24 jun. 2021.

JALIL, L.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J.. Caderneta Agroecológica: A Contribuição das Mulheres para a Soberania e Segurança Alimentar e Conservação da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife (PE), v. 2, n. 15, p. 66-97, jun-dez. 2019.

LEITE, D. C.; TELES, E. C. P. V. A. Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de recife, pernambuco. **Extramuros: Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 26-44, fev. 2019.

MADEIRA, C. G.; LIMA, C. V.; LIMA, D. V.; OLIVEIRA, P. C. Educação ambiental: a agroecologia como instrumento de efetivação do pensamento ecológico. **I Seminário Regional de Educação no Campo**. v. 1. 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2003/Carlos%20Guilherme%20Ma%20deira.pdf>. Acesso em 21 mai. 2019.

MALASSIS, L. **Économie agro-alimentaire: économie de la consommation et de la production agro-alimentaire**. Paris: Cujas, 1973. t. 1.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. Relações campo-cidade e a comercialização agrícola: notas sobre o espaço fluminense. **Geo UERJ**, [S.l.], v. 2, n. 25, p. 9-36, dez. 2014. ISSN 1981-9021. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2014.14406>.

MOURA, I. F.; SOUZA, C.; CANAVESI, F.. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.L.], v. 23, p. 1019, 21 dez. 2016. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v23i0.8635617>.

NIEDERLE, P. A. Delimitando fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM**, Santa Maria (RS), ANO XVI, n. 18, p. 5-37, jul-dez. 2009.

NUNES, E. M.; FRANÇA, A. R. M. de; LIMA, J. S. S. de; MEDEIROS, L. S. Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). **Redes**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 213-236, 19 jan. 2018. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v23i1.9292>.

OXFAM BRASIL. **Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira**. 2019. Estudo da Oxfam analisa a distribuição de terras na América Latina, que lidera o ranking da desigualdade no campo. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/#:~:text=A%20Oxfam%20Brasil%20tamb%C3%A9m%20chama,3%25%20da%20%C3%A1rea%20rural%20total..> Acesso em: 24 jun. 2021.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. Duarte Damasceno. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós Edições, 2013. p. 171-213.

PÉREZ, M. S.; GONÇALVES, C. U.. Viver é seguir r-existindo: a luta desigual das comunidades camponesas e o cavalo de tróia do que hoje é suape. In: SANTOS, M. O. S. dos; GURGEL, A. M.; GURGEL, I. G. D. (org.). **Conflitos e injustiças na instalação de refinarias: os caminhos sinuosos de Suape, Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2019. p. 257-284.

PETERSEN, P.; ARBENZ, M. Aumento de escala da Agroecologia: uma questão política. Editorial. Agroecologia: pela democratização dos sistemas agroalimentares. ISSN: 1807-491X. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.14, n.1. 2018.

PINTO, V. L.; PINTO, A. K.; VIEIRA, S. G.. Diferentes espaços de consumo: o caso das feiras livres e supermercados no bairro fragata, pelotas - rs. In: Colóquio Internacional sobre educação no campo e ensino de geografia, 1., 2011, Pelotas. **Anais do VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas - UFPel, 2011. p. 123-134. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/issue/view/347>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En E. Lander. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas (pp. 107–130). Buenos Aires: Clacso.

ROBOTOX. **Robotox**. Twitter, 27 jun. 2021. Elaborada por Agência Pública e Repórter Brasil. Twitter: @robotox. Disponível em: <https://twitter.com/orobotox>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuad. Desarro. Rural**, Bogotá, v. 12, n. 75, p. 55-75, June 2015.

VIA CAMPESINA. **Que Es La Soberania Alimentaria**. 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

WARMLING, D.; MORETTI-PIRES, R. O.. Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 21, n. 62, p. 687-698, 27 out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0385>.

Ana Carolina Figueiredo Silva

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 2020). Graduada em Tecnologia de Alimentos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, hoje Instituto Federal de Minas Gerais (2006) e pós graduada em Processamento e Controle de Qualidade de Carne, Leite e Ovos pela Universidade Federal de Lavras (2010). Email: carolfigueiredos@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-5659-9356>

Artigo recebido em 20/07/2021 e aceito em 20/08/2021